

Privatizar a caridade

JORNAL DA TARDE

JOSÉ NÉUMANNE

20 NOV 1993

Alternativa A: O Estado brasileiro é sovina, por pagar mal aos professores, principalmente os de ensino básico. Alternativa B: O Estado brasileiro é estróina, pois dá, de mão beijada e sem exigir a prestação de serviço algum, US\$ 1 milhão para um sujeito ficar rico construindo seu próprio colégio. Alternativa C: nenhuma das alternativas anteriores é correta. Alternativa D: As alternativas A e B estão, ambas, corretas.

Se aparecer uma questão destas no vestibular, não hesite. Marque D. O Estado brasileiro consegue ser sovina e estróina, ao mesmo tempo. É sovina para prestar o serviço devido ao distinto público. Mas, também, é estróina, quando se trata de atender aos interesses escusos de parlamentares, burocratas de quaisquer escalões, seus familiares, apadrinhados e apaniguados. Para os amigos da Corte, tudo. Para o populacho, a letra fria da lei.

O noticiário sobre a distribuição de verbas, patrocinada por deputados de praticamente todos os partidos e ao longo de todo o espectro ideológico representado no Congresso Nacional, é capaz de exibir os dois lados, ambos perversos; de um Estado que não consegue cumprir seu papel. E não consegue, entre outros motivos, por esbanjar os escassos recursos da sociedade num festival de descontrole, fraudes de todos os tipos e desperdícios de naturezas diversas.

Um exemplo claro são as instituições de caridade pública, ditas de interesse social. O governo chegou a criar um ministério — e se traça de um raríssimo ministério com recursos em



É PRECISO ACABAR COM ESSA POUCA-VERGONHA DE DESMORALIZAR A VIRTUDE CRISTÃ DA CARIDADE

caixa (o da Ação Social) — só para cuidar delas. A União não tem dinheiro para pagar aos hospitais, que estão à míngua. Mas distribui, a torto e a direito, recursos para entidades privadas que sustentam hospitais, teoricamente dedicados à saúde básica da população carente. Faltam recursos ao Ministério da Educação para sustentar um ensino primário minimamente equipado para atender às crianças pobres do Brasil. Mas não faltam verbas para enriquecer “educadores” sem escrúpulos.

O Estado brasileiro é pesado, inchado e truculento. Mas, graças ao escândalo da CPI do Orçamento, se descobriu que é, também, muito caridoso. Pode parecer, enfim, uma face positiva do monstro, mas ela só

revela a forma descarada com que as elites que têm acesso ao núcleo de decisões na República brasileira privatizaram a máquina estatal, pondo-a a seu serviço.

Ora, a benemerência é — e só pode ser — uma atividade privada. Seja ela produto da consciência social dos mais favorecidos, que tentam lançar pontes sobre os abismos sociais para evitar situações de rupturas; seja resultante do espírito caridoso ou do complexo de culpa dos que têm muito e sentem dó dos que nada têm, ela é uma manifestação individual. Ou, no máximo, classista. Não pode ser entendida como uma ação do Estado.

As elites políticas e econômicas brasileiras são cruéis e insensíveis. Elas não sentem culpa alguma em relação às enormes dis-

tâncias sociais entre privilegiados e marginalizados, nem enxergam a necessidade de amenizar a crise social para garantir o futuro de seus próprios descendentes. Desde os tempos da Colônia, o Estado não passa de uma extensão de seus próprios interesses privados. E, assim, substituem sua ação benemerente pela do Estado, com a agravante de ficar, na partilha, com o leão, a comissão.

Urge privatizar a caridade pública. O cúmulo do cinismo é tentar comprar a indulgência coletiva pelos próprios pecados de usura, utilizando dinheiro alheio e ainda ficando com a maior parte. Não basta fechar o Ministério da Ação Social, reunindo-o ao da Integração Regional ou simplesmente extinguindo-o. É preciso acabar com essa pouca-vergonha de desmoralizar a virtude cristã da caridade, transformando-a numa forma de desperdício e numa via de enriquecimento ilícito.

Nem o mais esperto dos seguidores de Moisés poderia imaginar uma interpretação tão pragmática do mandamento divino pelo qual o homem se obriga a amar ao próximo como a si mesmo. Em nome de princípios que regem o convívio humano desde a descida do Monte Sinai pelo profeta, deve ser proibida a concessão de verbas a entidades ditas de interesse público. Na verdade, elas são de interesse privado. Públicos mesmo são os encargos.

O AUTOR

José Néumanne
é jornalista
e escritor

